

**CIÊNCIAS HUMANAS****Vivências pandêmicas: ensino remoto, educação e subjetividade em tempos de coronavírus***Pandemic experiences: remote teaching, education, and subjectivity in times of coronavirus*Hiata Anderson Silva do Nascimento¹,
Dominique Jacob F. de Assis Castro²,
Débora Santos de Andrade Dutra³, Bruno Andrade Pinto Monteiro⁴**RESUMO**

O artigo propõe uma reflexão acerca da pandemia do novo coronavírus e o ensino remoto, a partir das percepções de um grupo de participantes de uma *live* realizada num curso de extensão online em 22 de junho de 2020, cujo tema foi “O discurso do ensino remoto em tempos pandêmicos”. Na oportunidade foi colocada em discussão a adoção de novas formas de operacionalização do processo de ensino defendidas por gestores públicos em aliança com setores do segmento educacional privado. A *live* girou em torno das condições estruturais e simbólicas que têm presidido uma série de medidas voltadas para redesenhar os quadros de funcionamento das universidades públicas em tempos pandêmicos, dando-se destaque para os desafios éticos e políticos colocados para os grupos sociais comprometidos com o fortalecimento da educação pública. As falas dos participantes foram analisadas com base na Análise Textual Discursiva e revelam as inseguranças, os medos e os receios provocados não apenas pela pandemia, mas de modo especial, pelos novos instrumentos de gestão do trabalho colocados em funcionamento a partir das condições pandêmicas, bem como o desejo de mobilizar ações de resistência aos processos em andamento.

Palavras-chave: Pandemia; ensino remoto; subjetividades; ensino público.

ABSTRACT

The paper proposes an analysis of the new coronavirus pandemic and remote education, based on the perceptions of a group of participants in an online extension course, held on June 22, 2020, which theme was “Remote Teaching discourse in pandemic times”. The discussion, proposed by public managers allied with sectors of the private educational segment, was about adopting new modes of teaching processes operation. The live discussion involved structural and symbolic conditions that have risen a series of measures aiming at redesigning public universities functioning in pandemic times, highlighting the ethical and political challenges imposed on social groups committed to the strengthening of public education. The speeches of the participants were analyzed based on the Textual Discursive Analysis and revealed the

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: hiata.nascimento@ifes.edu.br

² E-mail: dominique.assis@gmail.com

³ E-mail: deborasad@ifes.edu.br

⁴ E-mail: bpmonteiro@gmail.com



insecurities and fears caused not only by the pandemic but mostly, by the new work management instruments required by the pandemic conditions, as well as the desire to mobilize actions for resisting ongoing processes.

Keywords: *Pandemic; remote teaching; subjectivities; public education.*

1. INTRODUÇÃO

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde/OMS declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus constituía-se numa emergência sanitária de proporções internacionais. (OPAS, 2020). Até então as notícias de um vírus cujo ponto de irradiação pelo mundo teria começado na China, traziam para as casas das pessoas uma informação que, à primeira vista, parecia distante da realidade de muitas delas. No entanto, em que pese essas percepções iniciais, num segundo instante a humanidade viu-se confrontada com um perigo invisível, tornando realidade pânico e pavores que, certamente, marcavam presença apenas nas produções cinematográficas de corte apocalíptico ou nos imaginários mais primitivos que evocavam o medo da morte e do aniquilamento da vida humana sobre a terra. Estávamos diante de uma ameaça global, cuja amplitude colocou em risco a mais importante esfera da organização capitalista: a esfera da produção e todo o aparato econômico que lhe dá sustentação – dificultando a permanência das taxas de exploração e obtenção de lucro vigentes.

Todavia, se por um lado é possível pensarmos nos impactos econômicos da pandemia, por outro, há que se ressaltar sua ação sobre a subjetividade, bem como pela explicitação das formas desiguais de distribuição da proteção socioestatal sobre amplos segmentos sociais. Ficou evidenciada a fragilidade dos sistemas de saúde da grande maioria dos países, bem como a distribuição assimétrica das infecções e das mortes pelo tecido social, revelando-nos que, se a condição precária nos atinge a todos, tal condição tende a ser acentuada graças à ação dos mecanismos que atribuem diferentes formas de valoração das vidas, expressos através da proteção dispensada a alguns, ao passo que outros ficariam mais expostos aos riscos de adoecimento e morte. (BUTLER, 2015; 2018).

Nesse contexto, muitos têm sido os esforços para se compreender os sentidos que a pandemia tem tido para a humanidade. Presume-se que seus efeitos permanecerão por muito tempo. Os anseios em torno do surgimento de novas formas de vida e de organização social vieram à tona, expressos pela expressão “criação de um novo normal”, diferente daquele que pautava as nossas vidas até então. Entretanto, muitas têm sido as desconfianças em torno da capacidade da pandemia em propulsar novos modos de regulação da vida social. Teme-se que após a passagem dessa fase, os instrumentos de precarização da vida e do trabalho se tornem ainda mais aguçados, lançando no limbo da vida social uma leva cada vez maior de seres humanos, cujas vidas são tidas como de pouco ou nenhum valor – um valor que se constrói apenas durante o processo de produção de lucro que confere direção ao capitalismo.

Este artigo tem o objetivo de propor uma reflexão acerca da pandemia do novo coronavírus e o ensino remoto, a partir das percepções de um grupo de participantes de uma *live* realizada em 22 de junho de 2020, cujo tema foi “O discurso do ensino



remoto em tempos pandêmicos”. Na oportunidade foi colocada em discussão a adoção de novas formas de operacionalização do processo de ensino defendidas por gestores públicos em aliança com setores do segmento educacional privado. A *live* apresentada girou em torno das condições estruturais e simbólicas que têm presidido uma série de medidas voltadas para redesenhar os quadros de funcionamento das universidades públicas em tempos pandêmicos, dando-se destaque para os desafios éticos e políticos colocados para as pessoas e grupos sociais comprometidos com o fortalecimento da educação pública. As exposições foram estruturadas a partir de duas premissas: a) a aplicação de medidas voltadas para a implementação do ensino remoto no Brasil não decorre do aparecimento da pandemia, mas integra uma história mais ampla de um projeto voltado para a privatização da educação pública e o desmonte do processo ensino-aprendizagem tal como o conhecemos. Nesse sentido, a pandemia entra em cena como a situação cujas condições impostas ao conjunto da sociedade tornaram possível a implementação desse projeto; e, b) a necessidade de se saber as condições psicossociais e de sobrevivência dos estudantes e demais servidores da educação durante a pandemia.

A *live* integra uma série de atividades de extensão promovidas por uma universidade pública brasileira ao longo dos dias de quarentena, nos quais as atividades presenciais nas redes de ensino em todo o país permaneceram suspensas. Durante a realização das palestras, os/as participantes foram convidados/as a responder duas interpelações que servem como base de dados para a reflexão aqui apresentada: 1) De que modo você avalia as condições de trabalho de professores e alunos em atividades de ensino remoto durante a pandemia?; e 2) Comente os assuntos ou aspectos do debate que mais lhe chamaram a atenção? Até o momento da escrita deste texto, a *live* havia tido 1.857 visualizações.

Os aspectos éticos desta proposta de análise foram garantidos mediante a preservação do anonimato das identidades dos/as participantes. Espera-se contribuir para o maior entendimento dos impactos e dos sentidos da pandemia, sobretudo para os segmentos envolvidos com a educação pública brasileira e para a criação de medidas propositivas voltadas para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem alavancadas por docentes, discentes e técnico-administrativos das escolas e universidades públicas brasileiras.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A pandemia do novo coronavírus suscitou uma ampla discussão em todo o mundo, caracterizada por debates e posicionamentos envolvendo os mais diversos campos de conhecimento. Passando pelo mapeamento genético do vírus, bem como por seu impacto sobre as populações mais idosas e colocando em cena as desigualdades sociais acentuadas pela onda de contágio, muitas têm sido as formas de se pensar e de se situar no contexto pandêmico.

Žižek (2020) salienta que ao vírus biológico seguiu-se uma outra forma de contágio – a dos vírus ideológicos caracterizados pelas formas políticas de apropriação da pandemia por parte de alguns segmentos sociais. Nesses termos, observou-se uma disseminação de notícias falsas e de acirramento de xenofobias e preconceitos outros,



tornando ainda mais dramático e complexo o cenário social desses tempos. Entretanto, se por um lado tivemos que nos confrontar com o recrudescimento de ódios e racismos diversos, assim como as ameaças aos modos democráticos de funcionamento de diversos países por meio do cerceamento de uma série de liberdades individuais, por outro também pudemos perceber que o cenário pandêmico criou condições para o ressurgimento de utopias e da possibilidade de pensarmos mundos outros, desvinculados do padrão de normalidade que tem caracterizado a contemporaneidade. Nesse sentido, uma das perspectivas mais presentes teria sido a da criação de um novo modelo de sociedade pós-pandemia, marcado pela formação de novas redes de sociabilidade e de solidariedade social.

Assim, podemos dizer que ao mesmo tempo em que colocou em xeque a sobrevivência da vida humana sobre a Terra, a pandemia também teria aguçado sonhos e utopias de criação de novas formas de viver. Tais projeções de novas formas de organização social tornam-se mais relevantes se considerarmos os cenários políticos e econômicos pregressos, marcados pelo acirramento das propostas neoliberais em diversos países e que resultaram no esfacelamento dos mecanismos de proteção social, deixando uma quantidade inimaginável de seres humanos em condições de existência e sobrevivência bastante precárias.

Na esteira dessa reflexão, Butler (2020) salienta que a pandemia trouxe para a cena pública as dimensões sociais do isolamento e o imperativo da interdependência global. Assim, a pandemia expressaria um dos aspectos mais destacados por essa autora, qual seja, o de que estamos interligados uns aos outros, conectados a uma rede de relações sociais e de amparo sem a qual a nossa sobrevivência ficaria comprometida. Ao se espalhar de forma insidiosa por todo o mundo, o vírus tornaria ainda mais evidente a nossa condição precária, o fato de que estamos condenados ao adoecimento e à morte, à dissolução do nosso corpo, ao desaparecimento. Contudo, mesmo considerando a finitude e a fragilidade que perpassam a nossa condição, Butler (2020) chama a atenção para o fato de que essa condição se torna ainda mais aguçada para certos segmentos sociais e não para outros. Algumas vidas estariam mais expostas aos riscos de contaminação e morte em virtude das condições de amparo e proteção sociais mais precárias.

O vírus não discrimina. Poderíamos dizer que ele nos trata com igualdade, nos colocando igualmente diante do risco de adoecer, perder alguém próximo e de viver em um mundo marcado por uma ameaça iminente. Por conta da forma pela qual ele se move e ataca, o vírus demonstra que a comunidade humana é igualmente precária. Ao mesmo tempo, contudo, o fracasso por parte de certos Estados ou regiões em se prepararem adequadamente de antemão (...), o fortalecimento de políticas nacionais e o fechamento de fronteiras (atitude muitas vezes acompanhada de xenofobia panicada), e a chegada de empreendedores ávidos para capitalizar em cima do sofrimento global, tudo isso atesta a velocidade com a qual a desigualdade radical – o que inclui nacionalismo, supremacia branca, violência contra as mulheres e contra as populações *queer* e trans – e a exploração capitalista encontram formas de reproduzir e fortalecer seus poderes no interior das zonas de pandemia. Isso não deve ser surpresa nenhuma. (BUTLER, 2020).



Butler (2020) coloca como questão central para a problematização das condições impostas pela pandemia do novo coronavírus a seguinte indagação: “Quais são as consequências dessa pandemia no que diz respeito à reflexão sobre igualdade, interdependência global e nossas obrigações uns com os outros?” Trata-se de uma questão ético-política fundamental para pensarmos sobre o lugar que a vida deve ocupar no contexto da grande política e da consideração acerca de quais vidas importam ou são dignas de proteção e lamento público no caso de perda. Se existe um aspecto biológico do vírus que tem desafiado as autoridades governamentais e sanitárias em todo o mundo, também temos que considerar suas implicações éticas e políticas, ou seja, as formas pelas quais criam-se novos mecanismos de qualificação/desqualificação de corpos e subjetividades. A autora coloca em cena os temas da “igualdade”, da “interdependência global” e das “obrigações uns com os outros”, revelando-nos a complexidade que permeia tais temáticas. Nesse sentido, a questão da coabitação não escolhida, mas imposta pelas contingências da existência, une-se ao tema de quem tem direito de acessar a cobertura médica e até que ponto aquilo que chamamos de direitos não seria na verdade formas éticas de obrigação social, justificadas pelo fato de que todos somos igualmente precários.

Há outros elementos na citação acima transcrita e que nos interessa para o desenvolvimento deste trabalho. Num dado momento de sua reflexão, Butler (2020) afirma que se a pandemia revela o fracasso de muitos governos em propor medidas mais eficazes de enfrentamento das condições pandêmicas, por outro, salienta que não podemos nos esquecer da ação quase que de rapina de agentes do mercado ávidos por tirar vantagens econômicas e de enriquecimento diante do caos e do sofrimento que acomete milhões de pessoas em todo o planeta. É num cenário assim constituído que podemos pensar nas ações de implantação do ensino remoto e de desmontagem de políticas de proteção ambiental e social, denunciadas não apenas na *live* aqui analisada, mas também em diversos outros meios de comunicação. Talvez um dos exemplos mais emblemáticos desse estado de coisa sejam as palavras do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por ocasião de uma reunião ministerial, realizada em março de 2020, na qual ele afirmou: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.”⁵

Aqui vale salientar a ironia nesse discurso, uma vez que o pensamento exposto pelo Ministro do Meio Ambiente representa as dimensões mais destrutivas do modelo neoliberal e mercadológico que avança sobre muitas sociedades, inclusive o Brasil. A fala do representante máximo do Ministério do Meio Ambiente sinaliza para o descompromisso com a vida, vindo de quem deveria minimamente defendê-la. Ademais o discurso em tela expressa uma posição que, certamente, em muito contribui para a radicalização da atual situação da pandemia no Brasil, país com a segunda maior quantidade de mortes pelo coronavírus no mundo.

⁵ Cf: Ministro do meio ambiente defende passar a ‘boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.



Ainda mais grave é pensarmos que a atual pandemia provavelmente tenha sido decorrente desse modelo de expropriação que levou a uma completa degradação ambiental e um desequilíbrio sem precedentes da natureza. O SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19, provavelmente tenha se originado em morcegos, cujos habitats naturais estão sendo sistematicamente destruídos em nome desse capital, e isso acaba restringindo ainda mais as áreas de ocupação desses animais, obrigando-os a procurar alimentos e abrigo mais próximos das atividades humanas. O que queremos dizer com isso não é que precisamos combater os morcegos, longe disso, e sim que é a expansão humana e o aumento da agropecuária, combinado com o desequilíbrio de ecossistemas naturais a causa da questão pandêmica atual, juntamente com a fome e com a desigualdade social. Essas áreas florestais que estão sendo desmatadas são barreiras naturais contra zoonoses como essa e inúmeros foram os alertas dos cientistas quanto às pandemias de alta gravidade devido a degradação de ecossistemas florestais em favor dos interesses do agronegócio de capital intensivo. Isso se agrava ainda mais ao se acoplar a outros problemas já existentes como as emergências climáticas que colocam desafios a mais no surgimento de epidemias. (LAYRARGUES, 2020). Essa lógica de degradação ambiental permeia a lógica social, desvelando cada vez mais relações precárias e exploratórias da classe trabalhadora, se refletindo no ensino e na profissão docente.

Em muitos sentidos, a adoção de “medidas de emergência”, dadas as condições criadas e impostas pela pandemia, tem servido como porta de entrada para a implantação de mudanças profundas nas formas de exercício do trabalho, remodelando tarefas e exaurindo ainda mais as condições nas quais os trabalhadores e as trabalhadoras desempenham as suas funções em troca de um salário. Antunes (1999) salienta que a classe trabalhadora assumiu contornos mais complexos e diversificados em função de um amplo conjunto de transformações históricas e sociais. Tal complexificação coloca maiores desafios para a compreensão dos sentidos do trabalho e das ações necessárias para novas formas de mobilização coletiva capazes de fazer frente aos processos de desmonte de direitos e de fragmentação de classe. Como resposta à crise estrutural do capitalismo expressa pela chamada crise do padrão fordista e keynesiano, novos mecanismos de recomposição capitalista entraram em cena, mecanismos que incorporavam elementos de ordem econômica e ideológico-político de dominação, expressos, sobretudo, pelo avanço do neoliberalismo, analisado por Brown (2019) a partir da conexão entre os pensamentos de Marx e Foucault, ou em outros termos, a partir de seus elementos estruturais e infinitesimais. Nesse último caso, para além de política econômica e do fortalecimento do capital, o que se propõe é pensar a empreitada neoliberal como uma “reprogramação do liberalismo”, uma nova forma de racionalidade política, um modo de governar a razão política e a produção de subjetividades competitivas e voltadas para o aprimoramento do capital humano.

O que temos observado é o embate entre os interesses econômicos e as demandas sanitárias, um choque entre diferentes segmentos sociais e seus interesses e no meio dos quais encontra-se o/a trabalhador/a que, para continuar vivo/a, arrisca-se a sair de casa, expondo-se – contraditoriamente – às situações potencialmente perigosas e ameaçadoras de contágio. Inclusive para muitos/as trabalhadores/as, incluídos/as os que constituem o segmento formado por docentes, cumprir as medidas de prevenção



tem se tornado um caso de desobediência civil, diante de todo contexto político e de todo cenário pandêmico em nosso país, uma vez que a retomada das aulas presenciais se torna facultativa para os alunos, mas não para os docentes. (ACCIOLLY, 2020).

O contexto da pandemia tem nos revelado de forma ainda mais marcante o avanço de uma lógica estritamente “mercadocêntrica” também sobre o campo educacional, o que poderia ser caracterizado pela conversão da educação de um direito numa mercadoria ou serviço. Essa remodelação do próprio significado ampliado da educação num produto a ser consumido no mercado é perpassada pela ingerência cada vez maior no campo educacional de atores sociais a ele estranhos, todos pautados pela lógica da (ir)racionalidade do lucro, obtido por meio da produção de material didático específico e pela implantação de plataformas de aprendizagem, que por sua vez comprometem o sentido ético-político e pedagógico do processo ensino-aprendizagem. Trata-se de um processo de desmonte descrito por muitos/as pesquisadores/as como a “barbárie gerencial” – uma forma de operar contra a educação pública que tem como uma de suas marcas a produção de discursos e a proposição de práticas supostamente técnicas e racionais. (CÁSSIO, 2019).

Pensar numa barbárie gerencial que atinge o campo da educação pública implica em se reconhecer os riscos trazidos pelos processos sociais, políticos e econômicos que tendem a identificar a educação não mais como um direito, mas como um insumo necessário ao funcionamento do mercado, uma educação, portanto, esvaziada de seus sentidos éticos e de cuidado com o mundo na medida em que teria como horizonte de possibilidades apenas o atendimento dos interesses empresariais e a submissão aos imperativos do lucro. É nesse cenário que a pandemia tem se colocado como o laboratório para a testagem de procedimentos de aprendizagem para os quais teria havido uma ampla resistência, caso fossem implementados em condições tidas como “normais”. Assim, consolida-se o vaticínio de Butler ao destacar as oportunidades abertas pela pandemia aos empreendedores sedentos por capitalizar com o sofrimento e a morte.

Encontra-se em curso um processo de destruição da autonomia e da expropriação do saber docente, processo caracterizado pela criação de plataformas digitais estruturadas com base no princípio da ideologia da aprendizagem, que representa um golpe contra as dimensões éticas e pedagógicas do ensinar e do aprender. Nesse cenário, a dimensão do aprender passa a ser promovida de forma exacerbada em detrimento do ensinar. A premissa que sustenta tal percepção se assenta na dispensa da figura do/a professor/a como agente necessário ao processo ensino-aprendizagem. Desde que o/a estudante tenha acesso a um computador e a uma plataforma de ensino, não há mais a necessidade da presença de uma professora tal como ainda conhecemos. (CÁSSIO, 2019).

Os embates desencadeados pelas divergências acerca do momento de retorno das atividades escolares presenciais, somadas às dificuldades de realização das aulas tanto por parte de estudantes quanto de professores/as, de modo especial da rede pública, têm produzido contextos atravessados por formas variadas de adoecimento psíquico, que se somam às ameaças de demissão de docentes lotados nas instituições privadas de ensino. As inseguranças prévias ou já existentes num mundo do trabalho



assolado pelos processos de reestruturação produtiva são potencialmente agravadas com o advento da pandemia do novo coronavírus. Em outros termos, o mundo do trabalho já vinha atravessando profundas mudanças em sua base técnica e nos processos de recomposição das relações capital/trabalho, mas esse quadro, que já era dramático, foi se exacerbando com o surgimento da pandemia e as oportunidades de enriquecimento quase que absoluto que ela abriu. (ANTUNES, 2020; ALVES, 2000; SANTANA; RAMALHO, 2003).

Nos confrontos levados a cabo, entra em cena o debate acerca do lugar do Estado no processo de regulação da vida social. Devemos considerar que os processos de neoliberalização da economia resultaram no desmonte do aparato de proteção estatal, implodindo os mecanismos de solidariedade social criados no pós-Segunda Guerra. Mais do que qualquer outro ponto digno de consideração, pensar as condições do ensino remoto sob cenários pandêmicos tem nos revelando que o trabalho em geral e o docente em particular, tem estado sob “fogo cruzado”, uma espécie de guerra contra a vida dos/as trabalhadores/as na medida em que a obtenção das taxas de lucro passa a ser definida em seus aspectos mais brutais e sem as mediações e contrapesos que formataram os acordos entre o Estado, os/as trabalhadores/as e os empresários no final da Segundo Guerra Mundial. (ANTUNES, 2020).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Buscamos neste trabalho observar quais percepções sobre a temática do ensino remoto, da pandemia e do trabalho docente foram descritas pelos participantes da atividade/curso de extensão apresentada na *live*.

Realizada em 22 de junho de 2020, a *live* em tela e intitulada “O discurso do ensino remoto em tempos pandêmicos” era parte de um curso de extensão denominado “A Universidade pública vive: atuação transformadora em tempos pandêmicos”, promovida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Campus Macaé, a partir das ações do Grupo de Pesquisa Linguagens no Ensino de Ciências/Linec, em parceria com o canal GT-COVID-19 UFRJ. A ideia de se propor um conjunto de atividades de debates e reflexões *online* nasceu da percepção segundo a qual era necessário pensar formas de fortalecimento do contato entre professores/as e estudantes, separados/as pelas medidas de quarentena, todos/as impactados/as pelas novas condições impostas pela pandemia e pelas ações sanitárias subsequentes ao seu anúncio.

As respostas apresentadas foram analisadas através da Análise Textual Discursiva/ATD (MORAES; GALIAZZI, 2006). Todas as repostas foram registradas por meio de formulários do *Google* e diziam respeito a duas perguntas:

- 1) De que modo você avalia as condições de trabalho de professores e alunos em atividades de ensino remoto durante a pandemia?
- 2) Comente os assuntos ou aspectos do debate que mais lhe chamaram a atenção?

Fizemos a leitura de todas as respostas apresentadas pelas pessoas que participaram do evento, observando-se as formas como descreviam as situações vivenciadas no cotidiano, os modos como afirmavam enfrentar as situações colocadas pela



quarentena, as percepções sobre as medidas de ajuste e implantação do ensino remoto e a maneira como sentiam os apontamentos feitos ao longo da *live*.

Foram contabilizadas 254 participações distribuídas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Participações por gênero.

| Gênero | Quantidade |
|-----------|------------|
| Feminino | 190 |
| Masculino | 64 |
| Total | 254 |

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

O critério para a identificação por gênero foi a leitura dos nomes das pessoas participantes. Foram excluídos dois nomes/participações em decorrência da ambiguidade que carregavam. Eram nomes cuja identificação de gênero não foi possível por considerarmos tratar-se de designações que poderiam ser usadas tanto para o masculino quanto para o feminino. Por essa razão, eles não foram incluídos na contagem acima apresentada. Em seguida, selecionamos para análise as falas que consideramos mais sintomáticas e expressivas quanto aos anseios e percepções dos/as participantes acerca das discussões realizadas e dos modos como estavam vivenciando a perspectiva de implantação do ensino remoto. Para melhor identificação dos falantes no artigo, optamos por mencionar apenas seus respectivos gêneros, seguido de um número. O material construído foi analisado a partir do cruzamento entre os discursos emitidos pelas pessoas participantes, o referencial teórico que deu sustentação ao artigo e os aportes da Análise Textual Discursiva. A intenção era apreender em que medida as expressões quanto às mudanças vivenciadas com a pandemia encontravam respaldo na literatura consultada para a montagem deste texto.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do material construído permitiu-nos constatar alguns elementos centrais para compreendermos as vivências escolares/acadêmicas em tempos de pandemia. Fica evidente que, tal como o que vem ocorrendo em outros segmentos sociais, estudantes e professores/as têm sofrido de forma significativa com as mudanças impostas pelos cenários pandêmicos. Se por um lado há uma queixa quanto ao isolamento social, por outro fica evidente a importância das redes e dos contatos sociais físicos para a estruturação da saúde e da sensação de bem-estar por parte do indivíduo. O afastamento exigido pelas medidas sanitárias foi sendo aos poucos percebido como um agente de desgaste mental e de adoecimento psíquico, agravado em seguida pela necessidade de “volta às atividades” e o risco de contaminação, adoecimento e morte.

No que concerne às respostas fornecidas para a pergunta - “De que modo você avalia as condições de trabalho de professores e alunos em atividades de ensino remoto durante a pandemia?” - há o predomínio de expressões tais como: “precárias”,



“desiguais”, “injustas”, “confusas”. A ideia de precariedade acionada se aproxima, considerando o contexto de proposição de ideias colocado às pessoas participantes, de concepções tais como “difícil”, “instável”, “excludente” e “inseguro”. Em grande medida, essa concepção de precariedade carrega também uma conexão com as condições estruturais de trabalho de docentes e estudantes, o que pode ser perceptível pela menção ao fato de que nem todas as pessoas teriam condições básicas de acesso à internet e às atividades propostas pelas escolas. Há uma crítica a algumas ações desencadeadas pelos gestores públicos que, ao que nos parece, não consideraram o quadro de desigualdade de acesso ao implantar as medidas de ensino remoto ou, se têm tais desigualdades em seu horizonte de conhecimento, tendem a considerá-lo irrelevante ou pouco significativo para que houvesse impedimento da implantação dessa forma de ensino. O que fica implícita nesse contexto é a perspectiva de se considerar apenas as pessoas com facilidade ou com poucas dificuldades de acesso à conexão de internet. Aqui cabe-nos, por meio de um exercício mental, tentar imaginar quais seriam os segmentos sociais impossibilitados de acesso à rede e aos conteúdos escolares, e desse exercício podemos concluir serem os corpos considerados de pouco valor, as “vidas não passíveis de luto”, aquelas cujas perdas não são lamentadas ou cujos prejuízos em termos educacionais não são considerados no cômputo das estratégias de enfrentamento às iniquidades sociais que assolam historicamente o país.

Assim, se Bourdieu e Passeron (2014) ao analisarem o sistema educacional francês trouxeram à luz o fato de que a escola, longe de se constituir numa instituição voltada para a redução das desigualdades sociais, firma-se como o espaço de reprodução dessas assimetrias; hoje, com a pandemia do coronavírus em conexão com o avanço neoliberal, encontramos-nos diante de um processo ainda mais complexo e perverso, na medida em que se faz pouca questão de ocultar o fato de que alguns (aqueles mais pobres e sem acesso às tecnologias de comunicação) serão deixados para trás, na medida em que não se apresentam como indivíduos cujas vidas podem ser pensadas como a de futuros coordenadores ou agentes de comando da vida social. São simplesmente abandonados, já que suas existências por si só revelam-se como disfuncionais aos interesses da (ir)racionalidade de mercado. Seus prejuízos em termos de aprendizagem não são tidos como prejuízos de fato, mas como meras baixas que integram a lógica perversa de uma “guerra” na qual apenas aqueles tidos como mais aptos (entendendo adaptação/aptidão como herança colonial de privilégios) serão capazes de sobreviver. Apropriando-nos de alguns dos postulados ético-políticos de Butler poderíamos dizer que deixá-los para trás no contexto pandêmico não implica perda, posto que essas vidas não são apreendidas como plenamente vidas e tampouco como plenamente humanas.

Nesse sentido, emerge a ideia de “desigualdade estrutural”, um tema já conhecido, mas que se tornou explícito para o grande público após o surgimento da pandemia não apenas no Brasil, mas também em outros países do mundo, o que nos faz pensar em algumas das contribuições de Butler ao tratar dos diferentes mecanismos de valoração das vidas em ação nas nossas sociedades.

Outro dado digno de nota diz respeito ao fato de que as condições precárias do trabalho docente estão também relacionadas com a perda da autonomia do/a



professor/a e a expropriação do seu saber em decorrência da implantação das plataformas de aprendizagem, o que, segundo destacamos alhures, redefine e altera as dimensões ético-políticas e pedagógicas do processo ensino-aprendizagem. A sobrecarga de trabalho graças à diluição das fronteiras entre espaço de trabalho e espaço privado também aparece como uma das temáticas evidenciadas pelas pessoas que participaram do encontro virtual. Tal aumento da quantidade de trabalho afeta de forma mais significativa as condições do trabalho desempenhado pelas mulheres professoras, graças ao acúmulo de tarefas domésticas em associação com o trabalho docente. Nesse sentido, a participação abaixo é bastante sintomática:

Professores: condições estressantes de trabalho. Estão trabalhando mais em casa, tendo que dividir as horas do dia com as tarefas de trabalho, o cuidado com os filhos que não estão frequentando a escola, cuidados com a casa e a preocupação com a própria COVID. Tudo em um mesmo ambiente. Sem falar que como professora de educação básica e superior, não fui preparada para ministrar aula no sistema EaD e muito menos neste sistema remoto. E agora, os professores têm que dar conta das demandas que já eram rotineiras, além de demandas relacionadas à "capacitação" para se adaptar a esse ensino. E das demandas para não deixar alguns alunos sem os conteúdos escolares (feminino 1).

Outra pessoa participante, ao analisar as condições de docentes e estudantes no decorrer das iniciativas de trabalho remoto ao longo da pandemia fez a seguinte colocação:

Por parte dos professores eu acho totalmente viável, basta uma adequação. Já para os alunos, precisa-se uma atenção maior, pois nem todos estão no mesmo "barco" (masculino 1).

Por outro lado, obtivemos um posicionamento diferente, abaixo transcrito:

O ensino remoto vem como um reforçador das desigualdades sociais vivenciadas, já que nem todos alunos e professores tem acesso à rede e ferramentas digitais (feminino 2).

A partir de uma leitura das duas falas transcritas, observamos que no primeiro caso (masculino 1) há o reconhecimento parcial dos problemas colocados pela inserção do ensino remoto como modo de realização das atividades escolares, posto que o depoente toca num dos aspectos da questão, a saber, a desigualdade de acesso discente, mas desconsidera as diferentes realidades nas quais os/as professores/as desempenham as suas atividades, não destacando o pluriverso de condições da grande maioria dos/as docentes do país que, tal como os/as alunos/as, também estão colocados em condições de vida e de trabalho precárias e com muitas dificuldades de exercício da profissão e de vida – o que por sua vez, foi salientado por "feminino 2".

Há também em alguns casos a percepção segundo a qual a implantação do ensino remoto encontraria dificuldades iniciais, que, no entanto, seriam apenas momentâneas e passageiras, resultado da novidade que representam. Por essa lógica, posteriormente, todas as pessoas envolvidas com a introdução dessa modalidade de trabalho acabariam por se adaptar aos novos modos de operação do processo de aprendizagem. Nesse aspecto, cabe-nos questionar sobre até que ponto as pessoas que participaram da *live* conseguiram problematizar as relações sociedade/tecnologia,



ou, em outros termos, as intrincadas nuances que permeiam as relações entre esfera do trabalho e as inovações tecnológicas, com todas as dimensões políticas que isso representa. Deve-se considerar que as mudanças nos modos de exercício do trabalho não podem ser pensadas apenas em seus aspectos técnicos, na medida em que há sempre interesses e motivações políticas que movimentam e justificam tais alterações. O contexto atual permeado pelo avanço da lógica neoliberal e o esgarçamento da política institucionalizada, associada ao enfraquecimento sindical, precisam ser considerados como elementos que nos permitem problematizar as relações de poder que atravessam a implantação do ensino remoto em contextos pandêmicos. Sob diversos aspectos esses elementos contextuais foram apresentados durante a *live* pelas expositoras e precisam ser reafirmados, na medida em que nos ajudam a compreender que o cenário de mudanças tecnológicas no mundo do trabalho não se pauta apenas ou exclusivamente com base em critérios técnicos de melhoria da produtividade, mas, sobretudo, por motivações políticas, o que já foi amplamente discutido por Braverman (1987) ao analisar a chamada “gerência científica”.

No caso educacional, a implantação de mecanismos que permitam, tanto o ensino remoto quanto a educação à distância, precisam ser analisados no contexto das contradições sociais e políticas, considerando-se o lugar de disputa ideológica no qual a educação se encontra, na medida em que se constitui numa das mais importantes instâncias de reprodução da vida social. Não podemos nos esquecer da forma como os sentidos da educação têm sido alvo de intensos embates entre diferentes segmentos sociais. O centro nervoso desses enfrentamentos têm sido o perfil de educação que se deseja para o país: de um lado, uma educação de corte conservador/cristão/meritocrático/individualista; de outro, uma concepção progressista/laica/solidária/consciente das mazelas sociais e voltada para a transformação das relações de poder historicamente constituídas. Com isso, queremos dizer que é impossível pensar a inserção de mecanismos de ensino remoto e a defesa de uma educação assentada apenas “sobre bases técnicas” divorciadas do registro dos debates e das disputas ideológicas e políticas que visam formar uma nova subjetividade, mais afeita aos interesses do mercado e do lucro. E que a pandemia entra em cena apenas como um elemento potencializador ou facilitador desse processo.

No que concerne às mudanças que impactam sobre as dimensões éticas e pedagógicas do processo ensino-aprendizagem, um dos elementos mais destacados diz respeito à perda da autonomia docente – que implica sérios prejuízos sobre a liberdade de ensinar, de escolher os conteúdos e as formas como estes serão ministrados. Nesse sentido, a implantação de plataformas de aprendizagem foi vista com uma série de ressalvas, considerada um mecanismo que acelera a perda da autonomia do/a professor/a e a apropriação de seu saber e dos produtos de seu trabalho pelos gestores/empresas formuladores de *softwares* educacionais – numa conjunção entre apropriação e controle minucioso da atividade de professores/as no decurso de suas atividades.

Quanto à segunda interpelação feita às pessoas participantes - Comente os assuntos ou aspectos do debate que mais lhe chamaram a atenção - destacamos os seguintes aspectos: em grande medida, a colocação em cena do tema ensino remoto ao longo



da *live* serviu como uma espécie de espaço de “desabafo”, um momento de abertura para a troca de experiências de angústia e de mal estar gerados pelas situações criadas com a pandemia. Muitas pessoas ajustaram o momento do encontro como uma oportunidade para relatos breves de experiências, dúvidas, incertezas e indagações quanto ao futuro. De certa forma, as falas apresentadas sinalizam para os desconfortos com os quais temos sido obrigados a lidar: medo de se contaminar, medo de morrer, medo de perder o emprego, medo do futuro político do país. Medos que puderam, de alguma forma, ser trazidos à tona, verbalizados, tornados palavras escritas e compartilhados com a equipe idealizadora do evento, bem como com outras pessoas envolvidas na atividade.

Há um certo clamor, mesmo que retórico e ainda sem clareza ou precisão em termos de prática social, por estratégias de resistência, pela criação de modos de resistir a todos os problemas e desafios elencados. Se por um lado, as pessoas parecem se sentir sozinhas, por outro, há uma demanda por movimentação social e política que seja capaz de resistir e quem sabe apontar para a criação de mundos outros, mundos mais humanos. Aqui entra em cena um dos grandes desafios do tempo presente, o da formulação de oposições eficazes ao neoliberalismo que se encontra como pano de fundo da implantação do ensino remoto e dos sofrimentos alavancados. Apesar da propaganda falência da política, fica a impressão de que ainda existe uma demanda expressiva pela ação política como forma de se buscar a construção de mundos comuns. Nesses termos, Sousa Santos (2007, p.18,19) destaca que

[...] não está em crise a ideia de que necessitamos de uma sociedade melhor, de que necessitamos de uma sociedade mais justa. As promessas da modernidade - a liberdade, a igualdade e a solidariedade - continuam sendo uma aspiração para a população mundial.”

Nos termos apontados por Sousa Santos (2007), o desafio colocado para o conjunto dos atores e das atrizes sociais diz respeito à renovação da teoria crítica e da reinvenção de mecanismos capazes de se contrapor à desumanização, à destruição ambiental, garantindo a emancipação social.

Outras observações feitas pelas pessoas que participaram da *live* apontam para a necessidade de a universidade repensar o seu papel e a sua posição na sociedade. Isso implica, sobretudo, pensarmos de que modo ela fará frente aos mais recentes discursos emitidos por diversas autoridades governamentais que, no afã de garantir condições para a transferência do seu controle para o setor privado, fazem uma série de afirmações que visam desqualificar a imagem das instituições públicas de ensino perante a sociedade, taxando-as como espaços de “balbúrdia”, “de maconheiros e comunistas”, termos que, como sabemos, carregam significados considerados negativos por vários segmentos da sociedade brasileira. Por outro lado, há também participantes que consideram ou alegam haver um provável atraso da universidade, apontando para a sua dissintonia em relação às mudanças em curso no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a estrutura da universidade é vista como pesada e refratária a mudanças, vindo daí a sua resistência em aceitar a implantação do ensino remoto durante a pandemia. Outras pessoas salientaram, de uma forma um tanto quanto simplória, que a implantação do ensino remoto se resume a adaptações - tais



como baixar a guarda em relação às resistências – como forma de superação das barreiras por hora colocadas.

Devemos destacar que entre as muitas colocações feitas prevalece um misto de fascínio e temor em relação ao ensino remoto. Fascínio em decorrência das possibilidades abertas pelas tecnologias de comunicação. Afinal, vivemos numa sociedade na qual os dispositivos tecnológicos marcam presença em diversos momentos de nossas atividades e, mesmo sem saber ao certo como tudo isso funciona, muitas pessoas assumem uma posição de encanto frente a esses mecanismos. Temor, por conta das mudanças que esses recursos provocam, sobretudo no que concerne ao mundo do trabalho.

Outra participante interveio com a seguinte colocação:

[...] Tem sido um cenário muito difícil para ambos, mas aos poucos a adaptação vem e aos que sofrem com desigualdades sociais espero que tenham muita fé, porque não sei quando, nem como, mas tudo isso vai passar e o novo normal atenderá todas as classes sociais (assim espero). (feminino 3).

Da fala da participante depreende-se uma espécie de fatalismo – aspecto apontado por Freire (2002) – em relação à condução dos processos em discussão – processos sociais, políticos e econômicos, atravessados por intensas disputas e conflitos entre diferentes segmentos em presença na cena social. A adaptação às mudanças decorre de processos quase que naturais; a fé entra em cena como um elemento capaz de manter a “positividade” dos que encontram-se em condições precárias, de animá-los no sentido de que devem acreditar que, não se sabe onde e nem quando, algo de bom irá acontecer, de forma que no final desse percurso todas as coisas tendem a se acomodar, a se harmonizar. De alguma forma, a fala transcrita parece revelar a crença na ação de forças mágicas a conduzir um conjunto de processos históricos, para os quais apenas as soluções políticas e sociais, portanto, processos de tomada de decisão humanos, serão capazes de redesenhar os contornos da vida em sociedade. Ademais, há também uma carga conservadora no fragmento destacado, na medida em que o conflito social tende a ser minimizado, ao passo que a harmonia e o desfecho via consenso entram na centralidade desse discurso. Nesse sentido, é fundamental pensarmos que tanto a pandemia quanto a imposição do ensino remoto não podem ser pensados como processos aleatórios ou naturais, que simplesmente acontecem, mas como resultados de ações humanas, das escolhas feitas e dos rumos dados à vida social. São processos que se inserem nas redes de poder e de conflito que formatam as formas assumidas pelas relações sociais entre os seres humanos numa dada época e lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob diversos aspectos, a pandemia do coronavírus coloca-nos questões que abalam muitas das certezas construídas pela racionalidade ocidental. Dentre elas destaca-se aquela que pressupõe a separação entre o ser humano (homem branco, europeu, cristão, burguês ou de estrato social mediano e heterossexual, para sermos mais precisos) e a chamada ordem da natureza, apreendida como uma entidade passiva e



submetida ao arbítrio da vontade de dominação que ampara o ideal do sujeito moderno, racional, senhor de si e do mundo, autocentrado e herdeiro do “conquisto, logo existo”. Conforme apontado, a pandemia, em que pese as oportunidades abertas para as formas mais predatórias de exploração do trabalho, também abre caminho para novas utopias e para a interdependência que perpassa a nossa condição de seres historicamente constituídos, espacialmente situados, frágeis e entregues ao adoecimento e à morte. Nesses termos, a pandemia surge como instância que lança por terra o delírio de onipotência que consagrou o imaginário epistemológico e ontológico do mundo ocidental.

As demandas por manter o funcionamento da sociedade nos moldes anteriores ao momento pandêmico esbarram em forças sociais que navegam na direção oposta e que tentam, de todas as formas, fazer com que os imperativos do mercado não se sobreponham aos interesses coletivos, indo na contramão dessa (ir)racionalidade de espoliação que em todas as suas nuances contribui e, provavelmente, culminou na pandemia propriamente dita, seja através da degradação de ecossistemas, seja no desgaste das relações sociais e trabalhistas. Nesse contexto, a educação tem sido um dos espaços portadores de maiores potenciais de resistência. Estudantes, professoras, professores e profissionais técnico-administrativos têm sido expostos a pressões variadas no sentido de que voltem logo aos seus trabalhos, mesmo que isso possa representar sua infecção e morte. Se no setor público isso tem sido visto com muita frequência, é provável que entre as trabalhadoras e os trabalhadores do setor privado a situação seja ainda mais dramática, dadas as condições de maior vulnerabilidade no trabalho.

O momento tem sido complexo e exige ações mais orquestradas por parte dos setores mais progressistas da sociedade. Trata-se de um conjunto de desafios para os quais respostas isoladas não serão capazes de fazer frente às ameaças que estão postas diante de nossos olhos. Seguindo as trilhas abertas por Butler (2015, 2018, 2019) talvez seja no terreno da perda que possamos encontrar mediações capazes de fortalecer a construção de uma relacionalidade ética que transcenda os engessamentos e as exclusões muitas vezes produzidas pelas políticas identitárias hoje em curso. “Apesar de nossas diferenças de lugar e história, minha hipótese é que é possível recorrer a um ‘nós’, pois todos temos a noção do que é ter perdido alguém. A perda nos transformou em um tênue ‘nós’.” (2019, p.40). Nesses termos, a perda, o perder ou o ser perdido para alguém, a nossa condição de corpos frágeis, vulneráveis, mas ao mesmo tempo potentes e capazes de resistir, de desejar, de se expor à visibilidade do espaço público, mesmo que isso represente acentuar ainda mais a nossa condição de seres extáticos ou fora de si, entregues ao outro, abre-se como um campo de possibilidades nas quais formas plurais e pacíficas de resistência permitem a construção de caminhos outros, diferentes dos que temos trilhado. E a educação, dadas as suas singularidades como espaço da palavra e da convivência com o diverso, pode se constituir numa trincheira na qual a testagem de novas formas de fazer e pensar sejam possíveis. Talvez seja essa capacidade que faz com que ela esteja na linha de frente das disputas políticas e ideológicas que atravessam o nosso tempo e, se assim o é, que tenhamos capacidade de resistir e de juntos nos contrapormos ao que nos submete e nos objetifica.



6. AGRADECIMENTOS

Ao GT COVID-19/UFRJ, campus Macaé e ao Instituto Nutes.

7. REFERÊNCIAS

ACCIOLY, I. Pandemia e barbárie: contribuições freireanas para a luta popular no Brasil. *La speranza non si archivia*, **Educazione Aperta**, n.7, p.182-200, 2020.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Corona vírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. (recurso eletrônico).

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **O capitalismo tem seus limites**. Blog da Boitempo. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 01 out. 2020.

CÁSSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológico: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v.15, n.4, p.1-30, 2020.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p.117-128, 2006.



OPAS BRASIL. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus.** 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812 . Acesso em: 10 out. 2020.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOUSA SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ŽIŽEK, S. **Bem-vindo ao deserto do viral!** Coronavírus e a reinvenção do comunismo. Blog da Boitempo. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/12/zizek-bem-vindo-ao-deserto-do-viral-coronavirus-e-a-reinvencao-do-comunismo/>. Acesso em: 01 out. 2020.

Submetido em: **30/11/2020**

Aceito em: **27/11/2021**